

FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTI+: APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

José Luciano de Queiroz Aires¹

RESUMO

O presente artigo tem como norte pesquisar o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ partindo do conceito gramsciano de aparelho privado de hegemonia. O mesmo foi fundado em 2013, no contexto da crise mundial do capitalismo e conta com centenas de empresas signatárias e com uma considerável produção cultural por parte de seus intelectuais orgânicos. O caminho metodológico da pesquisa é ancorado no materialismo histórico e dialético, desde os textos marxianos como A Ideologia Alemã, mas, sobretudo, a tradição marxista dos textos de Antônio Gramsci e dos autores e autoras contemporâneos que estudam gênero e orientação sexual na perspectiva marxista. À luz dessa teoria procuro investigar o fórum tomando como fontes históricas o conjunto de publicações que consta no seu próprio site que, aliás, permite-nos conectar a criação do fórum aos ditames do capital e a consequente busca de consentimento hegemônico em setores do Movimento LGBTQIA+, na autoconstrução da imagem de um capitalismo “sustentável”, “cidadão” e focado na defesa dos “direitos humanos”, imagem essa que procura adesão de corações e mentes nos trabalhadores e trabalhadoras *queer* e na sociedade englobante, assim como interferir e ocupar espaços no interior do Estado no sentido restrito.

PALAVRAS-CHAVE: Hegemonia; LGBTQIA+; Capitalismo.

ABSTRACT

This article aims to research the Forum of Companies and LGBTI+ Rights based on the Gramscian concept of a private apparatus of hegemony. It was founded in 2013, in the context of the global crisis of capitalism and has hundreds of signatory companies and a considerable cultural production by its organic intellectuals. The methodological path of the research is anchored in historical and dialectical materialism, from Marxian texts such as The German Ideology, but, above all, the Marxist tradition of Antonio Gramsci's texts and contemporary authors who study gender and sexual orientation from a Marxist perspective. In the light of this theory, I seek to investigate the forum by taking as historical sources the set of publications on its own website which, incidentally, allows us to connect the creation of the forum to the dictates of capital and the consequent search for hegemonic consent in sectors of the LGBTQIA+ Movement, in the self-construction of the image of a “sustainable”, “citizen” capitalism focused on the defense of “human rights”, an image that seeks adhesion of hearts and minds in queer workers and in the encompassing society, as well as interfering and occupying spaces within the state in the strict sense.

KEYWORDS: Hegemony; LGBTQIA+; Capitalism.

¹ Professor da UFCG, Tutor do PET História com bolsa FNDE e Coordenado do Grupo de Estudo e Pesquisa em Marxismo da UFCG.

1. O NASCEDOURO...

O Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ brasileiro foi fundado em 26 de março de 2013, no contexto da *crise orgânica* mundial, se constituindo no que Antônio Gramsci definiria como um *Aparelho Privado de Hegemonia burguesa*. Empunhando a bandeira do arco íris numa mão e a do sacrossanto mercado na outra, o capital multinacional/associado se apropria das pautas políticas de um movimento social reconfigurando-se sob a lógica do *Modo Capitalista de Produção*.

O ideólogo que se destacou, inicialmente, na sua gestação foi Reinaldo Bulgarelli², responsável pelo chamado aos empresários a respeito da incorporação da pauta *queer* pelos capitalistas brasileiros do século XXI. Na segunda reunião, ocorrida em 19 de maio de 2013, as vinte empresas presentes bateram o martelo e aprovaram a sua criação. Em 2015, foi criado um sistema de governança com a aprovação do Regimento Interno e definido a Txai Consultoria e Educação como sua Secretaria Executiva.

CONSELHO CONSULTIVO	
Franklin Feder	Membro do conselho do Instituto Ethos
Ricardo Sales	Sócio fundador da consultoria Mais Diversidade, pesquisador, conselheiro de administração e professor da Fundação Dom Cabral.
Wagner Brunini	Atual Presidente do Conselho Consultivo da AFAB - Associação dos Funcionários Aposentados da BASF. Atua também como membro do Conselho Consultivo do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. Professor na FIA da disciplina Gestão de Pessoas nas Organizações – MBA Gestão Empresarial.
Eliane Ranieri	Consultora de Diversidade e Inclusão
Theo van der Loo	CEO da Bayer no Brasil
Margareth Goldemberg	Psicóloga e psicopedagoga, especialista em direitos humanos & mundo corporativo.
José Vicente	Professor, advogado e militante do movimento negro, ele é o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo.
Fabian Gil	Presidente para a América Latina da Dow.

Quadro elaborado pelo autor com base em <https://www.forumempresaslgbt.com/o-forum>. Acesso: 30 maio 2023.

COMITÊ GESTOR	
Melissa Cassimiro	Consultora de Diversidade e Inclusão do Grupo Carrefour Brasil
Laís Jesus	Accounting Controller DOW ERG Leader
Paulo Henrique Curzio	Gerente de Inclusão e Diversidade PwC Brasil
Christiane Sauerbronn	Head ESG Veirano Advogados
Vladimir Abreu	Sócio Tozzini Freire Advogados

² Reinaldo Bulgarelli já foi Secretário Executivo do Fórum. Voltaremos a tratar a respeito do mesmo mais adiante quando da abordagem dos intelectuais orgânicos.

Quadro elaborado pelo autor com base em <https://www.forumempresaslgbt.com/o-forum>. Acesso: 30 maio 2023.

SECRETARIA EXECUTIVA	
Txai Consultoria e Educação	Secretaria Executiva
Reinaldo Bulgarelli	Secretário Executivo do Fórum
Rapha Pagotto	Secretário Executivo Adjunto do Fórum
Beatriz Silva	Assistente Administrativo
Keka Barbosa	Assistente de Mídias Sociais

Quadro elaborado pelo autor com base em <https://www.forumempresaslgbt.com/o-forum>. Acesso: 30 maio 2023.

Atualmente o fórum é constituído por vinte e duas empresas “apoiadores plenos”, trinta e seis “apoiadores master” e cento e sessenta e seis “empresas signatárias”, conforme podemos perceber nas marcas gigantescas produtoras de uma “enorme coleção de mercadorias” e contratadoras de uma força de trabalho específica explorada na extração de mais-valor e oprimida na sua condição subalternizada de LGBTQIA+.



Na ocasião foi elaborada uma carta composta por dez compromissos a fim de orientar o papel das empresas a respeito do tema, oferecer uma agenda de trabalho para os empresários e qualificar a demanda no relacionamento com o conjunto da sociedade e com o aparelho de Estado (no sentido restrito). São eles:

1. Comprometer-se, presidência e executivos, com o respeito e com a promoção dos direitos LGBTI+.
2. Promover igualdade de oportunidades e tratamento justo às pessoas LGBTI+.
3. Promover ambiente respeitoso, seguro e saudável para as pessoas LGBTI+.
4. Sensibilizar e educar para o respeito aos direitos LGBTI+.
5. Estimular e apoiar a criação de grupos de afinidade LGBTI+.
6. Promover o respeito aos direitos LGBTI+ na comunicação e marketing.
7. Promover o respeito aos direitos LGBTI+ no planejamento de produtos, serviços e atendimento aos clientes.
8. Promover ações de desenvolvimento profissional de pessoas do segmento LGBTI+.
9. Promover o desenvolvimento econômico e social das pessoas LGBTI+ na cadeia de valor.
10. Promover e apoiar ações em prol dos direitos LGBTI+ na comunidade.

Fonte: <https://www.forumempresaslgbt.com>.

2. O ENCONTRO EMPRESARIAL E A PAUTA COLORIDA

Ao todo já foram realizadas quinze reuniões, entre os anos de 2013 e 2018, cada uma com tema específico afim de orientar a centralidade das atividades do fórum em cada encontro, conforme podemos ver no quadro a seguir:

REUNIÕES	DATA	LOCAL	TEMA
1ª Reunião	26/03/2013	Instituto ⁶ Carrefour	Como as empresas se relacionam com os direitos LGBT.
2ª Reunião	29/05/2013	Instituto Carrefour	Pessoas Trans: como lidar com o tema da identidade de gênero.
3ª Reunião	28/08/2013	IBM	Religião e direitos LGBT.
4ª Reunião	31/10/2013	BASF	Grupos de Afinidade
5ª Reunião	18/03/2014	Google	Envolvimento da alta liderança das empresas.
6ª Reunião	3/06/2014	HSBC	Empregabilidade de travestis e transexuais.
7ª Reunião	11/09/2014	DOW	Direitos LGBT: Como lidar com possíveis conflitos.
8ª Reunião	10/12/2014	Instituto Carrefour	HIV/AIDS.

9ª Reunião	22/06/2015	IBM	Comunicação, Marketing e Negócios.
10ª Reunião	25/09/2015	DOW	Como implantar ações e como fazer o business case.
11ª Reunião	25/11/2015	Dupont	O que podemos fazer mais e melhor.
12ª Reunião	25/06/2016	Dupont	Direitos humanos, responsabilidade social e sustentabilidade no meio empresarial.
13ª Reunião	24/05/2017	DOW	A importância do envolvimento do alto escalão da empresa com a diversidade.
14ª Reunião	22/05/2018	Instituto Carrefour	05 anos de Fórum, Empregabilidade de Travestis, Mulheres e Homens Trans
15ª Reunião	09/10/2018	IBM	Os desafios da juventude LGBTI+ nas organizações

Quadro elaborado pelo autor com base no site <https://www.forumempresaslgbt.com>.

Dando uma olhada no quadro e considerando o que escreveram Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2007, p. 47), ou seja, o fato de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”, podemos perceber o quanto a ideologia dominante no conjunto dos quinze encontros do fórum procura ocultar a sua natureza classista e se apresentar como universal por detrás da máscara burguesa que esconde os interesses particulares do deus do mercado sob uma pauta identitária de orientação sexual/gênero.

Os capitalistas, por meio de seus *intelectuais orgânicos*, procuram difundir ideias que se transformem em força material ao ganharem corações e mentes, tais como: o envolvimento dos empresários no combate à lgbtfofia, o reconhecimento dos direitos das lgbts por parte das empresas, a criação de grupos de afinidades no interior das mesmas, a criação de uma política de cotas para contratar força de trabalho de homens e mulheres trans e travestis, a apresentação de uma imagem das empresas como “cidadãs”, “sustentáveis”, focadas nos “direitos humanos” e na “responsabilidade social”. Enfim, o foco é socializar essas ideias dominantes como sendo benéficas para a fração LGBTQIA+ da classe trabalhadora brasileira quando, em verdade, elas “não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes (...) são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 47)

Conforme destaca Ellen Wood (2003, p. 223), “a atual preocupação com a diversidade e a fragmentação ‘pós-modernas’ expressam sem dúvida uma realidade do capitalismo contemporâneo, mas é uma realidade vista através das lentes deformadoras da ideologia”. Em verdade, continua a autora, “ela representa o ‘fetichismo do produto’, o triunfo da ‘sociedade de consumo’, em que a diversidade de ‘estilos de vida’, medida pela mera quantidade de mercadorias e padrões variados de consumo, mascara a unidade sistêmica oculta, os imperativos que criam a diversidade enquanto impõem uma homogeneidade maior e mais global”. (WOOD, 2003, p. 223)



Fonte: <https://www.forumempresaslgbt.com/manifesto>. Acesso: 29 maio 2023.

Esta fotografia foi publicada no *site* do fórum em 17 de maio de 2022, ao lado de um manifesto assinado pelo Comitê de Presidentes do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ com o título “Erradicação da LGBTI+fobia” e o seguinte teor ideológico:

FIRME PROPÓSITO

Nós, lideranças de empresas signatárias da Carta de Adesão ao Fórum e aos 10 Compromissos com o respeito e a promoção dos direitos humanos LGBTI+, reafirmamos nosso firme propósito de erradicar a LGBTI+fobia em nossas organizações e em nosso círculo de influência, reconhecendo que é uma expressão de nossa responsabilidade social empresarial, exigência para termos um ambiente de negócios sustentável no presente e no futuro. (Fonte: <https://www.forumempresaslgbt.com/manifesto>. Acesso: 29 maio 2023).

Este seria o “Firme Propósito”, segundo palavras do próprio empresariado, escritas na primeira parte do manifesto. O tópico seguinte é intitulado “Os Dez Compromissos” no qual reafirma os interesses empresariais na erradicação da lgbtfobia, senão vejamos:

Inspirados pelos valores que regem nossas empresas, pela Carta de Adesão ao Fórum e aos seus 10 Compromissos, buscamos aprimorar nossas posturas, políticas e práticas de gestão empresariais como maneira de contribuir para a eliminação da discriminação de pessoas LGBTI+ na sociedade e com os altos índices de violência que causam tanto sofrimento e atraso para o desenvolvimento do país. Maior **visibilidade** e **representatividade** de pessoas LGBTI+ em nossas empresas constitui meio importante para a erradicação da discriminação que afeta negativamente a vida dessas pessoas e de toda a sociedade. (Fonte: <https://www.forumempresaslgbt.com/manifesto>. Grifos meus. Acesso: 29 maio 2023).

Na terceira parte do manifesto ressalta-se a defesa da “Cultura do Respeito”:

Estamos comprometidos com a promoção de uma cultura de respeito e valorização da diversidade, promovendo equidade, ambientes e relacionamentos inclusivos, seguros e saudáveis para todas as pessoas, o que inclui a comunidade LGBTI+, suas demandas e esforços para ter seus direitos humanos considerados e garantidos na sociedade. Dessa forma, reforçamos nosso comprometimento como pessoas em posições de liderança empresarial para realizar mudanças sociais e culturais positivas em nosso ambiente de negócios e em nossa sociedade. (Fonte: <https://www.forumempresaslgbt.com/manifesto>. Acesso: 29 maio 2023).

Por fim, o empresariado manda um recado “acolhedor”: “Contem Conosco- Vocês, pessoas LGBTI+, familiares e pessoas aliadas, podem contar com nossos esforços institucionais e nossa articulação permanente no Fórum para que possamos erradicar a discriminação e todas as formas de violência contra pessoas LGBTI+”.

Algumas categorias citadas pela pena do capital coincidem com as mesmas que são sublinhadas em textos de alguns intelectuais vinculados a uma linha identitarista na abordagem da pauta das opressões. “Empoderamento”, “representatividade”, “visibilidade”, “direitos humanos”, “identidade”, aparecem na gramática liberal do mercado tanto quanto nos textos acadêmicos e/ou militantes da teoria definida por Ellen Wood como o “novo pluralismo”. Segundo a autora canadense, setores da esquerda, no contexto do fim do “socialismo real” e da hegemonia neoliberal passaram a fazer um verdadeiro culto a “política da identidade”. Para essa esquerda liberal, já não faz mais sentido uma teoria que estude o capitalismo para transformá-lo, ou seja, defendem que o marxismo é uma teoria “superada”. Em vez de partir de uma totalidade histórica e estrutural que é o capitalismo, o “novo pluralismo” prima pela centralidade nas identidades e diferenças de gênero, raça e orientação sexual, sem a classe, ou com a

submersão da classe em identidades separadas, parciais, fragmentárias e suas lutas específicas no interior da democracia liberal. Desse modo, conclui Ellen Wood (2003, p. 223), “aquele que se afirma como projeto mais inclusivo do que o socialismo tradicional, na verdade é o menos inclusivo. Em vez das aspirações universalizantes do socialismo e da política integradora da luta contra a exploração de classes, temos uma pluralidade de lutas particulares isoladas que terminam na submissão ao capitalismo”. Voltarei a esse assunto.

3. OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS, O FÓRUM E A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA

O instrumental teórico gramsciano possibilita-nos desvelar a apropriação contemporânea que o capitalismo brasileiro faz da gramática social do movimento LGBTQIA+. Nesse sentido, dialogo com a leitura que a historiadora Sônia Mendonça (2013) realiza na operacionalização do conceito de hegemonia para pensar o “Patronato Rural Brasileiro”. Segundo Mendonça (2013, p. 17), “o cerne do conceito de sociedade civil em Gramsci refere-se à configuração e à produção de vontades coletivamente organizadas, implicando em visões de mundo, em consciências sociais e em formas de serem adequadas- ou opostas- aos interesses burgueses”.

Para as funções organizativas e diretivas que buscam o consentimento é fundamental o papel dos intelectuais orgânicos e sua atuação ideológica no interior da sociedade civil ou aparelhos privados de hegemonia, tais como: escolas, jornais, clubes, associações, revistas, tanto da classe dominante quanto das classes e grupos subalternos. Conforme ainda assinala a historiadora Sônia Mendonça, ainda que essa seja uma tarefa cultural, ela está articulada com a infraestrutura econômica e a superestrutura política. Igualmente importante destacar que a hegemonia é atravessada pela luta de classes e que a ampliação do Estado para além da coerção pressupõe, no terreno dessa luta, as disputas entre hegemonia burguesa como projeto de dominação/direção e a contra hegemonia como resistência da classe trabalhadora ao projeto hegemônico vigente.

O Estado Ampliado em Gramsci aponta para uma dialética entre sociedade política e sociedade civil, nas chamadas sociedades complexas ou “ocidentais”. A sociedade civil, como mais uma vez chama a atenção Sônia Mendonça, mantém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política. Para ela, “isso leva a refletir que a sociedade civil é, na verdade, um duplo espaço da luta de classes- intra e entre classes sociais, através das organizações nas quais se moldam as vontades coletivas e através das formas de

dominação que, partindo delas, irradiam formas de convencimento, consenso”. (MENDONÇA, 2013, p. 18)

Em suma: na relação entre o Estado restrito (sociedade política) e a sociedade civil, o convencimento se realiza tanto por meio da ocupação das agências do Estado restrito quanto, em outra direção, da sociedade política coercitiva na consolidação e fortalecimento da direção de frações da classe dominante sobre as demais classes sociais através da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia. (MENDONÇA, 2013, p. 19)

Procuro justamente nas formulações teórico-metodológicas da mencionada historiadora os caminhos para elucidar o tema proposto para o presente artigo. Nesse particular, é importante analisar os sujeitos organizadores de vontades coletivas e seus vínculos orgânicos de classe; o conteúdo ideológico e a pauta que disputam junto ao Estado restrito; as formas associativas e organizativas das classes sociais e sua articulação no Estado restrito e na sociedade englobante destacando seus agentes e práticas.

O Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ é o mais novo aparelho privado de hegemonia burguesa brasileira, verdadeiro partido político do capital multinacional/associado. Como aparelho privado de hegemonia burguesa, é bastante significativo o papel desempenhado pelos seus intelectuais orgânicos: consultores, palestrantes, painelistas, jornalistas, diretores, executivos, etc, que buscam articular a construção de uma vontade coletiva e de unificação do conjunto das frações da classe dominante em torno da defesa da ideologia da empresa neoliberal “inclusiva”, “sustentável” e “diversificada”, reorientando a atuação empresarial no sentido da incorporação da pauta LGBTQIA+. Além de buscar unificação no andar de cima, o fórum também objetiva “influenciar a sociedade com ações concretas”, ou seja, buscar o consentimento e a adesão das LGBTQIA+ quanto ao projeto de sociedade hegemonizado pelo grande capital, bem como conquistar corações e mentes na sociedade englobante ao apresentar uma autoimagem de “empresa cidadã e plural”. Podemos ler de início em seu *site* esse propósito: “Articular empresas em torno do compromisso com o respeito e a promoção aos direitos humanos LGBT+ no ambiente empresarial e na sociedade”. Em seguida, aponta seus objetivos nos seguintes termos:

Aprimorar práticas de gestão empresarial e gerar efetiva adição de valor para nossas marcas e para a sociedade. Combater a LGBTI+ fobia e seus efeitos prejudiciais às pessoas, aos negócios e à sociedade. Atuar

de forma conjunta, articulados no Fórum, para impactar positivamente o ambiente empresarial e a sociedade. (<https://www.forumempresaslgbt.com/o-forum>. Acesso: 29 maio 2023)

Nesse sentido, não resta dúvida quanto ao sentido hegemônico buscado com a criação do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. Além da realização de encontros e palestras, o fórum divulga editoriais, vídeos, *podcast*, manuais, cartilhas, artigos, *ebooks*, resultado de pesquisas, calendário, material esse, divulgado, amplamente, em suas redes sociais. O conjunto dessas publicações se destina, prioritariamente, aos empresários das corporações signatárias do mesmo, bem como para a fração LBGTQIA+ da classe trabalhadora no interior das empresas, além do público leitor externo. Procura-se, nessa direção, convencer e unificar o andar de cima do capitalismo sobre o potencial mercadológico da temática, como também ter a adesão de outras classes sociais quanto ao projeto de um suposto “capitalismo inclusivo”, ocultando a natureza brutal da dominação de classe em pleno capitalismo em crise.

Não custa lembrar que a criação e manutenção do fórum se encontra inextricavelmente relacionado com a crise mundial do capitalismo na sua fase de financeirização. Desde, ao menos, o ano de 2008, a receita amarga repassada para os ombros da classe trabalhadora é a precarização do trabalho, a retirada dos poucos direitos sociais conquistados, o ajuste fiscal, o congelamento de salários, o aumento do desemprego, a uberização do mundo do trabalho, o incentivo à terceirização irrestrita, as privatizações e parcerias público-privadas, a disputa do fundo público por parte dos capitalistas, as expropriações, etc. Evidentemente, essa quadra histórica das duas primeiras décadas do terceiro milênio tem mostrado aos céticos que a luta de classes não era peça de museu e, portanto, podemos localizá-las em várias regiões do globo. No Brasil não tem sido diferente, sobretudo, conforme demonstrado por Rui Braga o aumento da luta de classes e das ocupações do MTST cujo ápice ele situa no ano de 2013, justamente no ano da criação do fórum. Por outro lado, e também ligado a essa conjuntura de crise orgânica, vemos o crescimento do neofascismo em diversos países, chegando inclusive ao governo, como no caso do Brasil de Bolsonaro.

Trabalho com a hipótese de que a criação do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ está relacionada também com a chegada dos efeitos da crise mundial do capitalismo em solo brasileiro. No terreno da intensificação da luta de classes, da crise da hegemonia lulista e do Golpe de 2016, me parece que as frações burguesas que de forma

autocrática derrubaram os governos de conciliação de classes passaram a investir, de um lado, no governo burguês de Michel Temer para a aprovação da pauta das contrarreformas ultraneoliberais mediante o uso do braço coercitivo da sociedade política e, de outro, na construção de um consenso ativo junto a parcelas de movimentos sociais, a exemplo de setores do Movimento LGBTQIA+.

Da década de 1990 até a crise de 2008, o mercado já investia capitais em atividades como turismo, saunas, boates, bares, paradas de orgulho, verdadeiros guetos nos quais os consumidores viviam a sua sexualidade. No contexto da crise, há uma expansão para novas atividades a exemplo do setor de serviços e financeiro, uma maior abertura por parte do grande capital multinacional-associado para investimento financeiro na temática e uma reconfiguração do mundo do trabalho com a incorporação precarizada da força de trabalho das LGBT+. Portanto, essa é uma das finalidades de sua criação, ou seja, apostar na produção e consumo de mercadorias específicas para uma identidade específica. Ou seja: ampliar a taxa de lucros incentivando às lgbts ao consumo de mercadorias que tenham as marcas do arco íris.

Por outro lado, como já frisamos, o fórum procura contratar força de trabalho de homens e mulheres trans e travestis, como já fazem o Carrefour e o Magazine Luíza, sem falar no setor de telemarketing. Investigando o mundo do trabalho de telemarketings, Selma Venco (2009) defende que esse setor da economia tem sido o mais propício para abrigar setores do proletariado LGBTQIA+ que se defronta com discriminações em outros setores nos quais devem trabalhar na prestação de serviços *vis-à-vis*, ou seja, naqueles para os quais não correspondem ao ideário estético ditado pela sociedade de consumo. Ao menos foi essa a conclusão a que ela chegou da análise das entrevistas que realizou com teleoperadores e teleoperadoras que, ao ingressarem para trabalhar nas Centrais de Teleatividades via emprego formal, mas à distância física dos consumidores, em verdade reitera as barreiras estruturadas e estruturantes da sociedade racista, machista e lgbtfóbica. Inclusive às escondidas por trás de um monitor e um fone de ouvidos, para os interesses burgueses, o que importa é o fato de que para assegurarem esse emprego custe o que custar, o proletariado digital LGBTQIA+ é o mais produtivo, menos absenteísta e maiores batedores de metas.

Contudo, se a tese da invisibilidade física na relação trabalhador-consumidor pode explicar essa inclusão forçada no setor de telemarketing, talvez a conclusão não se aplique para explicar outros ramos da economia capitalista. Se voltarmos ao Fórum de Empresas

e Direitos LGBTI+, podemos ver empresas do setor de grandes redes de supermercados, bancos, empresa do ramo de cosmético, do setor automotivo, comércio de bebidas, dentre outros, que exigem o contato pessoal com os clientes também aderindo à inserção dessa força de trabalho no setor produtivo capitalista. Nesse sentido, me parece que no geral o que prevalece é o barateamento do custo dessa força de trabalho que, em um quadro de desemprego estrutural, sai do exército de reserva para a ativa recebendo os piores salários, trabalhando as maiores jornadas diárias e sofrendo todo o tipo de assédio.

Na relação com a sociedade política cabe destacar a carta assinada e endereçada aos presidentiáveis em, 31 de julho de 2022, na qual 118 empresas e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) assinam carta de apoio à diversidade LGBTQIA+ e que, já no título, menciona o fato de que já “empregam mais de meio milhão de pessoas no Brasil”. A carta objetivava fazer com que os presidentiáveis incluíssem a temática em seus projetos de governo. Vamos ao trecho final da carta:

À medida que a eleição de 2022 se aproxima, os valores que defendemos podem estar em jogo. Nossas ações serão testemunhadas pelo mundo inteiro, incluindo empresas que estão considerando investir ou fazer negócios no Brasil. Nesse sentido, acreditamos ser necessário que pessoas candidatas à eleição presidencial levem em conta que os valores da diversidade, respeito e inclusão têm para nossas empresas e nosso país.
(<https://www.forumempresaslgbt.com/cartaabertaaospresidenciaveis>. Acesso 30 de maio 2023).

Reinaldo Bulgarelli, secretário executivo do fórum destacou que:

Nossa luta é por questões de **direitos** e de **cidadania**. Essa mobilização histórica das empresas, em prol da comunidade LGBTI+, mostra o quanto ainda queremos avançar na pauta da **diversidade**. Queremos mobilizar o cenário público e, por isso, ter a voz empresarial discorrendo sobre a seriedade de respeitar os **direitos humanos** de pessoas LGBTI+ é algo que transcende a visão político-partidário.
(<https://www.forumempresaslgbt.com/cartaabertaaospresidenciaveis>. Acesso 30 de maio 2023).

Já para Ricardo Sales, CEO e Sócio Fundador da Consultoria Mais Diversidade e Presidente do Conselho do Instituto Mais Diversidade, “é apenas por meio da democracia em que os direitos fundamentais serão garantidos”, numa clara defesa da democracia

formal como o regime político mais adequado para a incorporação da pauta de grupos identitários, incluindo as lgbs.

Se a hegemonia pressupõe direção de uma classe ou fração de classe social sob as demais, na combinação de força e consenso ativo ou passivo, é preciso salientar as concessões materiais e simbólicas feitas aos subalternos como condicionantes da adesão ao projeto hegemônico burguês. Nesse sentido, podemos afirmar que, embora o Movimento LGBTQIA+ atualmente seja bastante heterogêneo e plural, com algumas correntes defendendo o marxismo como teoria social e a revolução socialista, me parece que a maioria continua no terreno do reformismo, da democracia burguesa, do liberalismo e do identitarismo. Para o tema aqui discutido, basta voltar ao *site* do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ e encontrar suas parcerias institucionais no interior de alguns setores do movimento, conforme lista que também assinou a carta aos presidentiáveis em 2022:

- ❖ ABGLT — Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos;
- ❖ Aliança Nacional LGBTI+;
- ❖ Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas;
- ❖ Associação dos Profissionais de Propaganda;
- ❖ Casa Neon Cunha;
- ❖ Coletivo LGBT Prisma;
- ❖ Council for Global Equality;
- ❖ [DIVERSITY BBOX];
- ❖ Grupo Dignidade;
- ❖ Instituto Ethos;
- ❖ Instituto Matizes;
- ❖ Instituto Modo Parités;
- ❖ Involve;
- ❖ Open For Business;
- ❖ Rede Brasileira de Mulheres LBTQ+;
- ❖ Rede GayLatino;
- ❖ The LGBT Chamber of Commerce (NGLCC);
- ❖ TransEmpregos;

Historicamente, o chamado “movimento de homossexuais” surge no Brasil, em 1978, com a fundação do Grupo Somos, no interior da Convergência Socialista e no contexto de intensa luta de classes no campo e na cidade. As mulheres lésbicas, reclamando do machismo encontrado no interior do movimento predominantemente gay logo abandonariam o grupo para instituir o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). Não é o caso aqui de reconstituir a trajetória histórica do movimento LGBTQIA+ no Brasil, mas destacar que a fragmentação vai se tornando cada vez mais efetiva entre as várias identidades que compõem atualmente e que já em 1º de Maio de 1980 o chamado movimento homossexual se dividiu quanto à participar ou não das atividades da greve metalúrgica de São Bernardo do Campo. Articular a opressão de gênero na chave da luta de classes não era uma questão consensual no interior do movimento, assim como o movimento sindical e popular também contribuiu para esse divórcio ao secundarizar, senão, excluir a pauta das opressões na sua articulação com o Modo de Produção Capitalista.

A queda do Muro de Berlim e o fim da experiência socialista da União Soviética, conjugados com o Consenso de Washington e o triunfo do neoliberalismo como receita global para a reestrutura produtiva do capitalismo levou muitos intelectuais e militantes a um presenteísmo com cheiro de fim da História. O marxismo recebeu na sua ossatura o peso das pedras do muro como se tivessem sido jogadas sobre sua espinha dorsal procurando-lhe dar o último golpe de misericórdia. Nesse contexto histórico que se arrasta com força desde a década de 1990, não resta dúvida que a hegemonia do hoje denominado Movimento LGBTQIA+ vai se constituindo condicionado por essa transformação estrutural e sendo por ela bastante influenciado. O divórcio já anunciado ainda no início do namoro, em 1980, quando gays e lésbicas se dividiram quanto a participar de uma greve operária, é levado ao limite na atual quadra histórica quando o identitarismo de coloração liberal triunfa sobre as correntes minoritárias que reivindicam o casamento da luta anticapitalista com a luta antilgbtfóbica. A lista de parceiros que o fórum dos empresários mantém com instituições políticas do movimento LGBTQIA+ permite-nos constatar essa relação como uma estrada de mão dupla na qual o movimento consente ativamente ao projeto de hegemonia burguesa.

Dialogando, mais uma vez, com a análise de Ellen Wood (2003, p. 224), “é possível que o novo pluralismo esteja, na verdade, se inclinando na direção da aceitação do capitalismo, no mínimo como a melhor ordem social a que teremos acesso”. Para fins do

presente artigo, não aprofundi a discussão em torno do (s) Movimento (s) LGBTQIA+, o que certamente deverá ser feito em outro momento. Contudo, apenas um rápido passeio pelo *site* da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), fundada em 1995, percebemos a centralidade na luta identitarista e nos marcos da institucionalidade e da cidadania. Em 2010 a associação faz um balanço temporal da seguinte maneira:

A ABGLT segue com seu papel de representação nacional e de organização do movimento. Se na sua fundação, em 1995, havia menos de 40 grupos LGBT em todo o Brasil, hoje temos mais de 300. Não havia nenhuma ação de visibilidade de massas como as Paradas do Orgulho LGBT, hoje existem mais de 250 Paradas e mais de 500 ações anuais de visibilidade, incluindo todas as capitais. Temos políticas públicas para LGBT em diversas esferas de governo e direitos reconhecidos e garantidos pela justiça. (<https://www.abgl.org/historia>. Acesso: 31 maio 2023)

Consta na pauta política organizativa e de luta: a) levar as demandas do movimento para o governo federal e a sociedade como um todo; b) criação de entidades de base nos estados; c) na década de 1990, a militância em torno da questão do HIV/AIDS; d) em 2004, a participação do Programa Brasil sem Homofobia, do governo federal; e) construção de políticas afirmativas para as LGBTQIA+; f) participação na I Conferência Nacional LGBT em 2008; g) participação junto ao governo federal do Programa Escola sem Homofobia, em 2007; h) participação em grupos de trabalho no Ministério da Educação e assento no Fórum Nacional da Educação; i) criação de centros de memória e centros de cultura LGBT; j) participação junto ao STF quando da criminalização da lgbtfobia; l) participação junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas; m) participação em vários encontros junto ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; a Organização Mundial de Saúde; a Organização Pan-Americana de Saúde; a UNESCO; a UNICEF, a UNAIDS, etc; n) em 2010, a realização da 1ª Marcha Nacional contra a Homofobia, em Brasília, dentre outros.

No que concerne à “missão” da associação, a mesma assegura que se trata de:

Promover ações que garantam a **cidadania** e os **direitos humanos** de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), contribuindo para a construção de uma **sociedade democrática**, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. (<https://www.abgl.org/missao>. Acesso: 31 maio 2023)

Na aba de Projetos consta um “Curso de Capacitação da Sociedade Civil LGBTQIA+” intitulado “Projeto Empodere-se”, uma parceria da ABGLT com a Nívia, a Casa Neon Cunha e a Abong. O curso é dividido em três eixos:

- 1) EIXO 1- Curso para as pessoas LGBTQIA+ (Conteúdo Programático- Empreendedorismo, Autocuidado, Educação Financeira, Preparação para o Mundo do Trabalho);
- 2) EIXO 2- Curso para as instituições- voltado para voluntaries e diretores destas organizações (Conteúdo Programático- Comunicação, Gestão de Equipe, Gestão Financeira e Organizacional, Elaboração de Projetos/Captação);
- 3) EIXO 3- Curso para o defensores de Direitos Humanos (Conteúdo Programático- Direitos Humanos: de onde vieram e para onde podem caminhar, Segurança Digital, Incidência Internacional, Patriarcado e o surgimento da CisHeteronormatividade, Proteção Jurídica a defensores de direitos humanos, Gênero e Sexualidade, Interseccionalidades entre Raça, Gênero e Sexualidade, Noções de Advocacy, Movimento de Luta contra a AIDS, Saúde Integral LGBTQI e defesa do SUS, Desvendando a Política Pública/PP e as principais conquistas LGBTQI+.(<https://www.abgl.org/empodere-se>. Acesso: 31 maio 2023)

4. “RAÇA, GÊNERO E CLASSE: DEMOCRACIA PARA QUEM?”... PARA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do pressuposto de que o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ pode ser considerado, na concepção de Estado Ampliado gramsciana, um aparelho privado de hegemonia burguesa. Vimos como seus intelectuais orgânicos desenvolvem as funções diretivas e organizativas no sentido formar vontades coletivas em potenciais e promover o consentimento hegemônico. Falam com os empresários, para as lgfts, para o Estado no sentido restrito e para demais grupos e classes na sociedade englobante, sempre buscando a construção de uma autoimagem do capitalismo “sustentável”, “inclusivo” e “cidadão” por meio das empresas signatárias do fórum. Defendem a democracia formal de verniz liberal representativo. Por trás da máscara, seus rostos personificam a classe dominante, os vampiros sugadores de sangue de trabalhadores por meio de toda a coerção do mercado e seus imperativos.

Por outro lado, um indício descoberto no próprio *site* do fórum, me levou a pesquisar o *site* da ALGBT. Quando o fórum apresenta suas parcerias, entre elas estão diversos segmentos do Movimento LGBTQIA+, incluindo a associação. Conforme citações feitas anteriormente, as pautas identitárias da ALGBT flertam, como já dissemos, para a luta institucional no terreno da democracia liberal, para a defesa restrita ao campo da orientação sexual e para a aposta no combate ao preconceito no terreno, sobretudo, da subjetividade. Por outro lado, saltam aos olhos os conteúdos do “Projeto Empodere-se”, notadamente, o incentivo ao “empreendedorismo”, a “educação financeira” e “preparação para o mundo do trabalho”, para ficar apenas nesses três eixos. Também não poderia deixar de observar que o tema da Interseccionalidade propõe a interface apenas entre raça, gênero e sexualidade, como se essas identidades plurais não estivessem enraizadas, histórico e estruturalmente, no Modo Capitalista de Produção e na chave universal da classe e da luta de classes.

Posto isso, cabe fazer a pergunta que dar título ao 6º eixo temático do Marx e Marxismo 2023: “Raça Gênero e Classe: Democracia para quem?”

Atualmente, vivemos uma contradição no Brasil entre os detratores e os defensores da democracia. Por um lado, os neofascistas defendem o fechamento do já blindado regime democrático, cuja expressão histórica se materializou às alturas na invasão da sede dos três poderes em 8 de janeiro de 2023. Por outro lado, o conjunto heterogêneo das forças antifascistas defendem a democracia, ou o Estado Democrático de Direito, como se costuma chamar. No interior dessas forças consideradas de esquerda, portanto, há um verdadeiro culto, uma idealização completa do regime democrático como aquele pelo qual devemos lutar e manter. Não resta menor dúvidas, levando em consideração a conjuntura atual, que as forças antifascistas precisam de marchar juntas nas ruas e nas urnas para derrotar o neofascismo. E isto foi feito nos anos de 2021, com o Fora Bolsonaro nas ruas e em 2022 com o Fora Bolsonaro nas urnas.

Contudo, em 2023, estamos vivendo um momento no qual o Congresso Nacional, especialmente a Câmara Federal governa o Brasil com a força do “centrão” e do presidente Artur Lira. O Marco Legal das terras indígenas aprovado na câmara, o esvaziamento das atribuições de ministérios como o dos povos indígenas e o ambiental, a tentativa de retirar as atribuições da pauta LGBTQIA+ da pasta dos direitos humanos, a aprovação do arcabouço fiscal com teto de gastos para direitos sociais, além da CPI do MST, conduzida por bolsonaristas cuja tentativa fascista de criminalização e eliminação

do maior movimento social do campo da América é bastante evidente. Enfim, que democracia é essa? A esquerda liberal fala muito da necessidade de “redemocratizar” o país, mas cabe indagar qual é o modelo do passado que se está procurando retomar e aperfeiçoar: é a democracia oligárquica de 1889? Ou a democracia populista de 1946? Ou, ainda, o modelo democrático de 1985? Do meu ponto de vista, tenho inteira concordância com a tese de Florestan Fernandes, o que foi feito no Brasil foi uma lenta Revolução Burguesa consolidada no pós 1964, mas não uma revolução clássica, acompanhada de uma democracia liberal, e sim, uma revolução periférica e dependente acompanhada de um regime autocrático burguês. Sendo assim, não podemos falar de redemocratização, pois no Brasil nunca houve sequer uma democracia burguesa.

Nessa mesma seara, também concordo com o historiador Felipe Demier (2017), na transição da Ditadura Militar o regime político triunfante no Brasil foi a democracia blindada, no contexto da globalização e do neoliberalismo. Blindada, no sentido de fechada às pressões populares, contrarreformista, com potencial força dos setores econômicos e midiáticos no processo eleitoral, cuja legislação eleitoral é altamente excludente no que tange a partidos e forças organicamente vinculadas à classe trabalhadora. Em suma: a democracia blindada priva os espaços decisórios de qualquer interferência das classes e grupos subalternos, limita a participação popular nas decisões políticas para o país e, assim, se blindava a entrada de demandas universais dos trabalhadores e trabalhadoras nos seus restritos espaços institucionais. Por isso, sequer, podemos considerar uma democracia com cidadania ampliada.

Segundo Ellen Wood (2003), os marxistas são acusados pelos liberais de rejeitarem a democracia formal pelo fato de ligá-la ao capitalismo e, por isso, de colocar em risco as liberdades democráticas. O fato é que, de acordo com a autora em tela, os socialistas não desqualificam ou negam a importância das liberdades democráticas, inclusive porque elas são importantes em qualquer democracia e, sobretudo, na democracia socialista por ela defendida. Sendo assim, concordamos com ela que a esquerda marxista não joga na lata do lixo a importância das liberdades democráticas, mas também não devemos usar a máscara ilusória de que a democracia formal da modernidade esteja desvinculada do Modo Capitalista de Produção. Aliás, ela é o primeiro regime político moderno de dominação burguesa no bojo das revoluções do século XVIII. Não fazer essa articulação histórica e estrutural limita a compreensão da democracia e do capitalismo e nos desarma adequadamente para a superação deste último.

Se a chamada esquerda liberal, defensora do novo pluralismo, cobra da esquerda marxista, compromissos eternos com a democracia formal, seja pela sua possibilidade de um avanço na cidadania ou, mesmo quando vinculada ao capitalismo, pela sua possível progressão no aperfeiçoamento para o socialismo, resta-nos respondê-los de forma dialética, como bem faz Ellen Wood (2003, p. 216):

A questão é antes que a associação do capitalismo com a “democracia formal” representa uma unidade contraditória de avanço e recuo, tanto um aperfeiçoamento quanto uma desvalorização da democracia. A “democracia formal” é com certeza um aperfeiçoamento das formas políticas a que faltam liberdades civis, o domínio do direito e o princípio de representação. Mas ela é também, e ao mesmo tempo, uma subtração da substância da ideia democrática, aquela que se liga histórica e estruturalmente ao capitalismo.

Trazendo o debate para a pauta LGBTQIA+, parece-nos concluir que a aliança entre o mercado e setores do movimento social, explícita ou tacitamente, traduz essa contradição que se deve debater melhor e enfrentar de modo revolucionário. O Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ defende a democracia burguesa e a ALGBT também converge para o mesmo caminho político. Ambos, porém, ocultam a adjetivação burguesa para o conteúdo da democracia que defendem. Idealizam um regime político sem apresentar seus limites e seu enraizamento na estrutura da luta de classes, do modo de produção e do tema do trabalho produtivo do qual o capital extrai mais-valor. Não custa reforçar que o consentimento do movimento ao projeto do fórum dos empresários vai cimentando um projeto hegemônico de dominação e direção burguesa no qual uma expressiva fração da classe trabalhadora LGBTQIA+ consente, ativamente. E ambos, mercado e sociedade civil (ALGBT), direcionam sua atuação para o interior do Estado no sentido restrito na busca incessante do apoio do outro braço político do Estado Ampliado.

Esse novo pluralismo e a política de identidade, nas palavras de Ellen Wood (2013), permite à esquerda identitária defender uma igualdade complexa, diferente da igualdade universal do pluralismo clássico. Se trata, no entanto, de reconhecer as identidades e diferenças na sua diversidade para construir a luta sobre elas. Tenho concordância com a autora também nesse quesito. A esquerda marxista não pode e nem deve abdicar da incorporação teórica e política da pauta das opressões. A sociedade de fato é complexa e a classe trabalhadora tem gênero, raça e orientação sexual as mais diversas. Contudo, essa incorporação tem que se diferenciar do identitarismo que, segundo Ellen Wood, é uma

“corrente substancial na esquerda”. A política de identidade na perspectiva marxista deve continuar defendendo e apoiando as políticas afirmativas e a pauta do combate ao preconceito em suas mais diversas expressões específicas a uma determinada forma de opressão. Contudo, não se deve parar por aí, como se pudesse erradicar a lgbtfobia nos marcos da democracia burguesa e da estrutura capitalista. As lgbts avançariam, qualitativamente, se jogasse seu potencial emancipatório também para a luta de classe e para a ruptura anticapitalista. Como expressou, mais uma vez Ellen Wood (2003), não podemos trocar o socialismo por uma democracia formal, nem esquecer que a questão de classe tem um status histórico diferente. A luta de classes tem um alcance universal, tem um maior potencial emancipatório, desde que também seja feita articulada com as opressões, porque a luta anticapitalista tem que ser, ao mesmo tempo, uma luta antirracista, antipatriarcal e antilgbtfóbica. Não se trata de fazer uma guerra entre nós para saber qual opressão é mais importante para combater. Essa divisão agradaria aos capitalistas. Apenas pontuamos que, como a maioria absoluta da população do planeta, é proletária e cada dia mais avançam as expropriações, se encontra aqui um potencial sujeito da revolução socialista em escala mundial. Ressaltando, como já o fiz, que a luta pela igualdade social tem que ser feita concomitante com a luta pelo fim das opressões.

O socialismo já demonstrou essa possibilidade histórica por ocasião da Revolução Russa, momento no qual a coletivização dos meios de produção durante a transição socialista foi acompanhada por política que libertassem as mulheres do trabalho doméstico não pago e pela descriminalização da homofobia. O stalinismo veio para desfigurar a revolução, mas as lições de 1917 continuam vivas como uma chama para as lutas do século XXI.

Nesse particular, ganharíamos bastante se juntássemos a bandeira vermelha da foice e do martelo com a bandeira colorida do arco íris. Assim, evitaríamos jogar água para o moinho do fórum dos empresários e apostávamos muito mais no movimento revolucionário dos trabalhadores e trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2014.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Orgs.) **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FILHO, João. Pensando o lugar das LGBTs no capitalismo. **Revista Movimento**, 19 dez. 2017.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico?-múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e Marxismo**, v. 8, n. 14, jan/jun 2020.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

Revista Margem Esquerda, n.33, 2019. (Dossiê LGBT)

MARX, Karl. **O Capital** v. 1 São Paulo: Boitempo,

MENDONÇA, Sônia Regina (org). **Sociedade civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Orgs.) **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 187-212.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

OLIVEIRA, Mariana. Diversidade sexual e centralidade do trabalho: as múltiplas determinações do processo de exploração. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (Orgs.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 111-135.

POLESE, Pablo. **Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade**. São Paulo: Editora Hedra, 2020.

RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Diversidade sexual e trabalho: reinvenções do dispositivo. **Bagoas**, n. 3, 2009, p. 127-143.

SILVA, Jéssica Juliana Batista. **O perfil sexuado do precariado e a inserção de LGBTs em Centrais de Teleatendimento**: mediações entre precarização e opressão. Colóquio Internacional Marx e Engels.

TONELO, Iury. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? In: ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 139-148.

VENCO, Selma. Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Orgs.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 153-171.

WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.